

QUANDO SE JOGA DINHEIRO E FUTURO NO LIXO

POR SILVIA HELENA FLAMINI

Se antes praticávamos a coleta e a caça deixando no meio ambiente apenas resíduos orgânicos e biodegradáveis facilmente incorporados pelos ciclos biológicos naturais, hoje em dia, o consumo com a geração excedente de diversos resíduos são tidos como a herança da nossa espécie.

Este status de consumo/geração voraz acompanha a humanidade desde o século 19, que apesar dos avanços tecnológicos com a Revolução Industrial, foi marcado pela intensificação da produção e pela cultura da descartabilidade. Além disso, difundiu-se a concepção de que uma nova associação humana com a Natureza deveria ser estabelecida gerando como resultado uma vasta degradação ambiental, seja por meio do desmatamento, da poluição ou do êxodo rural.

Houve a criação de novos comportamentos sociais juntamente com a ideia de contínuo crescimento econômico e dominação de territórios, ambos incorporados à nossa vida e cultura.

Mais recentemente, nas décadas de 40 e 50, outras mudanças relacionadas ao consumo ganharam espaço, provocadas pelo acelerado desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra, sobretudo nos países industrializados. O modelo consumista estadunidense, conhecido como *"american way of life"*, passou a influenciar outras nações ocidentais e incentivou a criação de mais produtos descartáveis e o uso de materiais sintéticos.

Aos poucos, somaram-se a esses fatores o desenvolvimento da indústria alimentícia e a incorporação de novos hábitos alimentares, culminando em uma produção cada vez maior de embalagens de diferentes materiais como os plásticos e os metais.

Logo, estes materiais passaram a ser associados ao estilo de vida de uma sociedade direcionada ao consumo. Para se ter uma ideia: anualmente, mais de 8 milhões de toneladas de "lixo" plástico, descartadas de maneira incorreta, atingem os oceanos e quase 80% deste material possui origem terrestre. É um prejuízo à vida do mar e à atividade turística¹.

Outro dado também alarmante estima que 520 mil toneladas de PET (usado na fabricação de garrafas) não são recicladas e chegam aos aterros, lixões ou Natureza como menciona a reportagem "O dilema dos plásticos" da Revista FAPESP edição Julho/2019¹.

A luzinha no final deste túnel escuro (e devastador) é a de que o material comumente chamado de "lixo" (gerado nos diversos contextos das atividades sociais) é, na verdade, "resíduo" que se configura como uma abundante fonte de recursos!

Da esfera socioeconômica, à ambiental e política podemos visualizar estes recursos como possibilidades para a geração de renda e trabalho, economia de dinheiro e diminuição na extração de matérias-primas.



FOTO DISPONÍVEL AQUI

Apesar de haver no Brasil uma legislação específica para os resíduos sólidos desde o ano de 2010, ainda carecemos de infraestrutura e boa vontade na implementação e fiscalização. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - Lei nº 12.305)², considerada um marco no que concerne ao aspecto legal, firmou o compromisso nacional com a questão do manejo dos resíduos e inovou quanto aos 6 objetivos (não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final) e à inclusão do trabalho das catadoras e catadores de materiais recicláveis/reutilizáveis na logística reversa e na coleta seletiva.

Contudo, poucos avanços ocorreram ao longo destes dez anos de existência da política gerando prejuízos nos campos ambiental, social e econômico intimamente entrelaçados quando abordamos os impactos do manejo ineficiente.

¹ O dilema dos plásticos. FAPESP, (2019).

² Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasil, (2010).

**Legenda:**

- 1 - Envolve produção eficiente que consuma menos recursos naturais ou que reaproveite sobras dos produtos fabricados e aquisição consciente destes produtos por consumidoras(es). Uma compra consciente envolve a pergunta-chave: *eu realmente preciso deste produto?*
- 2 - Quando há redução do volume de resíduos sólidos decorrente de toda a cadeia produtiva. O consumo consciente também é válido aqui: *como, enquanto consumidor(a), posso gerar menos resíduo ao adquirir um produto?*
- 3 - É o reaproveitamento de um resíduo sólido para uma outra função. Trocas ou escambos são exemplos de excelentes oportunidades para praticar o desapego e transformar resíduos em recursos.
- 4 - É a transformação de resíduos em matéria-prima, novamente, para que se forme um item igual ou sem relação com o resíduo destinado à reciclagem.
- 5 - Envolve tecnologias viáveis economicamente, do ponto de vista técnico e ambiental, na recuperação dos resíduos sólidos.
- 6 - Apenas rejeitos/orgânicos devem ser destinados aos aterros sanitários.

Na esfera ambiental, é evidente o desperdício de resíduos que poderiam ser reintroduzidos no processo industrial por meio da reciclagem, reduzindo a extração e o uso de recursos naturais.

No campo social, a ocorrência de lixões impacta negativamente a saúde dos indivíduos, que infelizmente subsistem destes locais, e dos moradores da vizinhança elevando o gasto com saúde pública: são cerca de 3.000 lixões³ a céu aberto no país responsáveis por surtos epidêmicos e acúmulo de materiais que facilitam a contaminação do solo e de lençóis freáticos pelo chorume, um líquido poluente derivado do processo de decomposição.

Além disso, há a emissão de aproximadamente 6 milhões de toneladas anuais de Metano³, um gás que intensifica o efeito estufa e agrava o aquecimento global.

Há ainda o comprometimento na geração de renda de mulheres e homens, organizadas(os) em cooperativas ou como autônomas(os), que sobrevivem da coleta seletiva e que deixam de ter acesso a materiais recicláveis desperdiçados em tais lixões. Este não acesso aos materiais recicláveis por catadoras(es) resulta em um impacto negativo na economia, uma vez que se enfraquece a logística reversa.

Este tipo de logística, que é a volta do resíduo gerado no pós-consumo ao fabricante, também esbarra em um outro problema: a não inclusão e falta de reconhecimento destas(es) trabalhadoras(es) como prestadoras(es) de serviço público.

Sem a prática da logística reversa tem-se o enfraquecimento da cadeia produtiva, responsável pelo incremento da economia urbana, e da minimização de gastos públicos no uso de energia elétrica e outros insumos.

Transformando estes prejuízos em números teríamos, por exemplo, um retorno de R\$ 5,7 bilhões de reais aos

cofres públicos com a reciclagem de 10,5 milhões de toneladas de plásticos descartados em território nacional, que compõem 13,5% do montante de 78,3 milhões de toneladas de resíduos produzido anualmente, segundo levantamento do SELURB (Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana) citado pela Agência Brasil⁴.

Para os dias atuais, o vírus da Covid 19 trouxe além dos impactos observados na saúde, física e mental, um outro tipo de pandemia pouco divulgada pelos meios de comunicação: a poluição plástica e de papel. Máscaras, luvas, embalagens de alimentos e de produtos oriundos da compra online compõem a outra faceta pandêmica, também associada à diminuição da atuação de cooperativas de catadoras(es), segundo a matéria do jornal O Estado de São Paulo de Junho/2020.

Apesar do isolamento social justificar este aumento na geração de resíduos sólidos, tanto o modelo de produção quanto o comportamento humano sempre contribuíram para isso. E diante desses impactos, é fundamental nos preocuparmos com a conscientização pública de que o manejo adequado dos resíduos sólidos é uma estratégia importante de preservação do meio ambiente, promoção e proteção da saúde, geração de renda e maximização da economia do país.

São necessárias ações que vão do micro ao macro, isto é, do indivíduo à coletividade, havendo o completo engajamento social. A responsabilidade deve ser compartilhada conforme já previsto pela legislação.

Cabe à sociedade civil, de forma geral, consumir conscientemente e destinar corretamente seus resíduos. Além de exercer um controle social sobre a administração pública, fiscalizando e cobrando de gestoras(es) ações que visem à mitigação de problemas socioambientais, à implementação da PNRS, à ética e à transparência em suas atuações.

Digo mais, é papel também da sociedade lutar por um novo tipo de desenvolvimento que desvele relações abusivas de poder que culminam na destruição socioambiental, lado obscuro de um sistema insustentável baseado na dominação econômica de umas/uns sobre outras/os (sejam estes animais humanos ou não-humanos). É preciso questionar o atual desenvolvimento econômico e refletir, criticamente, sobre seu sistema linear de produção e toda forma de exploração que existe neste processo.

Cabe aos setores público e privado a solução dos problemas já elencados, o desenvolvimento de tecnologias limpas e da economia circular para mitigar ou eliminar impactos negativos dos processos industriais desde a extração e a produção, passando também pelo consumo e posterior descarte. Neste sentido, a economia circular envolve, dentre outros aspectos, uma nova forma de se produzir pautada na cooperação de atrizes e atores da cadeia produtiva⁵.

A discussão acerca desta problemática que envolve a geração excedente de resíduos deve ser debatida em todas as esferas sociais, pois o risco não se limita a fauna, flora e recursos ou condições ambientais que assecuram a vida na terra, mas afeta também a espécie humana que caminha, a passos relativamente largos, para sua extinção em massa.

³ Lixões liberam 6 milhões de toneladas de gás de efeito estufa ao ano. Agência Brasil, (2019).

⁴ Brasil perde 5,7 bilhões por ano ao não reciclar resíduos plásticos. Agência Brasil, (2018).

⁵ Re-thinking Progress: The Circular Economy. Ellen MacArthur Foundation. Disponível neste link.